

MEDIAÇÃO:
TENTATIVA DE CONSTRUIR
PONTES ENTRE PERSPETIVAS
DISTINTAS E NÃO
NECESSARIAMENTE MUTUAMENTE
EXCLUDENTES

Entrevista com Mónica Ferro

MÓNICA FERRO

ferro@unfpa.org

United Nations Population Fund

PAULO NUNO NOSSA

paulonnossa@gmail.com

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5000-8754>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-10_15

Texto recebido em / Text submitted on: 15/10/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 14/11/2024

Biblos. Número 10, 2024 • 3.^a Série

pp. 355-363

Mónica Ferro é a Diretora do Escritório de Londres do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) desde agosto de 2023, tendo exercido funções semelhantes em Genebra durante 6 anos. Esta mudança de geografia convoca, simultaneamente, uma renovação e um conjunto de desafios, quase sempre obrigatória neste tipo de organizações internacionais, onde é necessário cruzar experiências e conhecimentos diversos, oriundos da agenda política regional/global de curto ou médio prazo, compreender as ameaças à saúde global, potenciadas ou não pelas alterações climáticas, lidas num referencial complexo de *nuances* culturais de elevado significado, diligenciando a satisfação de necessidades de minorias étnicas e populações vulneráveis, fazendo a advocacia de quem “não tem voz”.

Depois do papel de negociadora e mediadora no domínio dos direitos humanos e questões humanitárias, desempenha agora tarefas de negociação junto dos governos do Reino Unido, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, procurando alcançar apoio político e de políticas para estas mesmas áreas.

Antes de se juntar às Nações Unidas, Mónica Ferro foi docente e investigadora universitária, deputada à Assembleia da República e Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional. Foi coordenadora do Grupo Parlamentar sobre População e Desenvolvimento e Vice Presidente do Fórum Europeu de Parlamentares para a População e Desenvolvimento.

O atual número da Biblos, apresenta um conjunto de contributos subordinados ao conceito de *mediação*.

A palavra *mediação* tem origem no latim “mediatio, mediationis”, que significa “intervenção, ação de mediar” ou ainda “ficar no meio de”. Assim, podemos assumir que *mediação* refere-se ao ato de estar entre duas partes, com o objetivo de facilitar a comunicação ou resolver um conflito, intervindo de forma neutra. O atual contexto geopolítico, simultaneamente complexo, desafiante, intenso e instável, repleto de informação que carece de pertinaz verificação, exige competências excepcionais da “arte de mediar”, particularmente em domínios que ameaçam o desenvolvimento e o bem-estar dos povos, especialmente de grupos populacionais que, pela sua origem étnica ou geográfica, crença religiosa, orientação sexual, entre outras, encontram-se em situação de particular fragilidade e vulnerabilidade. Em alguns territórios,

a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 217A (III) de 10 de dezembro de 1948, continua a ser um desígnio incumprido, necessitando de constante defesa e mediação. Hoje, tal como ocorreu há setenta e seis anos atrás, a conquista do direito de livre expressão, do direito a um nível de vida suficiente e digno, capaz de garantir o acesso à saúde, bem-estar e retribuição laboral, entre outros, ainda não é universal, exigindo constante cuidado, perseverança e firmeza, mesmo quando a meta parece alcançada.

Biblos: As Organizações Internacionais às quais está associada, emergiram como uma resposta à necessidade de concertação entre Estados num contexto pós II Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz e coadjuvar o desenvolvimento das nações, pautando-se por um sistema de autonomia, complementaridade e coordenação.

Como coordenadora de um escritório do fundo das Nações Unidas (UNFPA), com enorme trabalho feito na defesa da igualdade de género, direitos sexuais e reprodutivos e questões demográficas, considera legítimo que a atuação da UNFPA seja vista também como um trabalho de mediação orientado para a garantia de direitos, bem-estar e equidade?

Mónica Ferro: A ideia de mediação como tentativa de construir pontes entre perspetivas distintas – e não necessariamente mutuamente excludentes – encaixa muito bem na descrição do meu mandato e do trabalho do United Nations Population Fund – UNFPA.

O UNFPA foi criado no final da década de 1960 para responder à necessidade de dados demográficos dos países – para que pudessem planear o seu desenvolvimento socioeconómico – e aplacar alguma ansiedade demográfica que se estava a gerar em relação às taxas de crescimento populacional *vis a vis* os recursos necessários para garantir uma vida decente a todas essas pessoas. As Nações Unidas decidiram, então, criar um fundo temático que garantisse uma plataforma neutral e rigorosa para apoiar os estados a recolher esses dados. De trabalhar os números humanos para passarmos a nos dedicar, também, aos direitos demorou uns poucos anos. Contamos as pessoas para

que elas possam ser tidas em conta, trabalhamos os seus direitos e a sua saúde sexual e reprodutiva.

Nós somos aquilo que na gíria das Organizações Internacionais se chamaria uma agência com um duplo mandato: nós trabalhamos a *montante* na definição de normas e princípios e a *jusante* na execução, operacionalização dessas mesmas normas e princípios. E isso faz-nos todo o sentido – é o nosso trabalho em 130 países que nos dá o conhecimento e a experiência que levamos para os *fora* internacionais onde se negociam as linhas orientadoras.

Creio que este trabalho pressupõe uma constante mediação entre o que é percebido como natural, imutável, inquestionável e a ciência que nos orienta ou, se quiserem, entre um certo *status quo* e a mudança social que vemos como necessária para dismantelar as desigualdades que nos impedem de construir um mundo com mais dignidade para todas as pessoas.

Uma mediação constante entre modos de ver e pontos de vista distintos, mas com os olhos sempre focados no bem-estar, nos direitos humanos, na equidade – que trará mais justiça, mais prosperidade e mais paz.

Não é uma iniciativa isolada mas um *continuum* de atividades que tem constantemente que ser avaliado e, se necessário for, corrigido.

Biblos: Pela experiência política nacional e internacional, à qual junta um importante trabalho de *advocacy* via UNFPA, quais as características que considera absolutamente fundamentais para que se possa fazer uma mediação bem sucedida entre as dimensões políticas dos Estados e as necessidades das sociedades e dos cidadãos e cidadãs que as compõem?

Mónica Ferro: A base fundamental de qualquer estratégia de mediação é constituída por dados credíveis, verificáveis e o mais desagregados possível. Quanto mais granular for o conhecimento sobre um determinado grupo populacional, maior vai ser a capacidade de se reivindicar uma política pública feita à medida e que produza os resultados desejados. As políticas públicas generalistas ficam, amiúde, aquém dos resultados esperados porque não traduzem as necessidades concretas das populações.

O nosso último relatório sobre a situação da população mundial (2024), concluiu que para alcançarmos as pessoas que mais têm sido deixadas para trás precisamos de trabalhar com governos e líderes comunitários para reformular as estruturas e os sistemas que estão a deixar para trás milhões de pessoas, para que todos os 8 mil milhões de nós sejam incluídos e contribuam para um futuro mais justo, equitativo e próspero. Isso implica eliminar os preconceitos dos sistemas de saúde e garantir cuidados equitativos para todas as pessoas; ter dados que captem as experiências dos grupos mais marginalizados; investimento para acabar com as desigualdades que ainda dividem as sociedades e combater as desigualdades causadas pelas alterações climáticas, pelos conflitos e pela evolução demográfica.

Tudo isto pressupõe dados, boas práticas e capacidade de desenhar uma narrativa que seja apropriável por todos os intervenientes nos processos políticos.

Biblos: A UNFPA defende um conjunto de direitos que, não raro, colidem com tradições e práticas culturalmente validadas em diversas geografias, como casamentos precoces, mutilação genital feminina, entre outras. Neste contexto, como técnica sénior da UNFPA considera que é mais adequado e eficaz, junto dos Estados e das elites dominantes, exercer uma postura de mediação culturalmente empática ou, adotar uma postura de denuncia institucional, apontando a prevalência inaceitável de realidades que atentam contra os direitos humanos?

Mónica Ferro: Acho que a abordagem mais estratégica é um equilíbrio entre as duas dimensões – apontar o que é inaceitável, provando que sabemos como resolver os problemas que afetam a vida e a autonomia de milhões de pessoas e que esse é o caminho certo a seguir, não apenas porque é o que garante a realização dos direitos humanos das pessoas, mas também porque é a rota que traz mais resultados e sucessos (económicos, de bem estar, de saúde).

Nem sempre é fácil navegar conversas turbulentas, mas as nossas ações estão firmemente alicerçadas no respeito pelos direitos humanos e na promoção da mudança social que possa pôr fim às discriminações. Dois bons exemplos são citados na pergunta: casamentos precoces, forçados e infantis e mutilação genital feminina – o UNFPA co-lidera, conjuntamente com a UNICEF, os

dois programas integrados para eliminar essas práticas que não são mais aceites como culturais, mas sim denunciadas como violações de direitos.

Eu sei que muitas vezes parece impossível dismantelar práticas e normas sociais, mas a boa notícia é que elas foram construídas e por isso podem ser desconstruídas.

Biblos: O relatório de 2024 sobre a Situação da População Mundial sublinha que milhões de pessoas continuam a ficar para trás, reconhecendo, de algum modo, que a incapacidade de chegar aos mais marginalizados deve-se, em grande parte, à falta de vontade de enfrentar os legados de desigualdade de gênero.

No seu entender, quais são os principais fatores que condicionam a vontade para enfrentar estes legados? Será um reflexo da falência de práticas de mediação e diálogo que se têm experimentado nestes domínios? Ou precisamos de uma abordagem mais enfática, firme e informada mas que, simultaneamente, mantenha canais para um *trade off* entre posturas mais autoritárias sem que se comprometam os pressupostos de mudança?

Mónica Ferro: A incapacidade do mundo de chegar aos mais marginalizados deve-se, em grande parte, à nossa falta de vontade de enfrentar os legados de desigualdade de gênero, discriminação racial e desinformação que estão na base dos nossos sistemas de saúde.

Este ano assinala-se o 30º da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994) – um momento marcante em que 179 governos se comprometeram a colocar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos no centro do desenvolvimento sustentável. Mas os progressos estão em perigo. Milhões de mulheres e meninas continuam muito atrasadas e os progressos estão a abrandar ou a estagnar em medidas fundamentais:

- 800 mulheres morrem todos os dias por complicações obstétricas durante o parto, número que se mantém sem alterações desde 2016;
- um quarto das mulheres não pode dizer não a sexo com o seu parceiro e quase uma em cada 10 mulheres não pode tomar as suas próprias decisões sobre contraceção.

- em 40 % dos países com dados, a autonomia corporal das mulheres está a diminuir.

No espaço de uma geração, e graças à atividade de parlamentares, ativistas, e vários protagonistas, o mundo reduziu a taxa de gravidez indesejada em quase um quinto, diminuiu a taxa de mortalidade materna em um terço e aprovou leis contra a violência doméstica em mais de 160 países. Apesar deste progresso, as desigualdades dentro das nossas sociedades e sistemas de saúde estão a aumentar e não demos a prioridade devida a alcançar os que tinham ficado mais para trás. O nosso trabalho está incompleto mas com investimento sustentado e solidariedade global não é impossível.

Persistem bolsas de desigualdade nos países. As provas elencadas no nosso relatório apontam para uma realidade preocupante – o acesso a contraceptivos, serviços de parto seguro, cuidados de maternidade respeitosos e outros serviços essenciais de saúde sexual e reprodutiva permanecem inacessíveis para demasiadas mulheres e meninas.

As melhorias no acesso aos cuidados de saúde beneficiaram, sobretudo, as mulheres mais ricas e as que pertencem a grupos étnicos que já tinham um melhor acesso aos cuidados de saúde. As mulheres e as meninas portadoras de deficiência, migrantes e pessoas refugiadas, as minorias étnicas, as pessoas LGBTQIA+, as pessoas que vivem com VIH e as classes desfavorecidas enfrentam todos maiores riscos para a saúde sexual e reprodutiva e também um acesso desigual aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva. A sua vulnerabilidade é ainda agravada por forças poderosas como as alterações climáticas, as crises humanitárias e a migração forçada, que têm frequentemente um impacto desproporcionado nas mulheres que estão à margem da sociedade.

Biblos: Do lugar privilegiado onde está para observar e interpretar as tensões e contradições internacionais e a afirmação crescente do populismo, considera que, de *per se*, podemos continuar a assegurar um conjunto de direitos já conquistados, incluindo os pressupostos do Estado Social, com base em estratégias de mediação entre posições/fações opostas? Ou esta ferramenta

revela-se claramente insuficiente para garantir que não haja retrocesso num conjunto de direitos que se julgavam consolidados?

Mónica Ferro: Eu acho que esse tipo de ferramentas são cada vez mais importantes e, diria até, urgentes. Não podemos retroceder nos direitos já consagrados e precisamos de acelerar a realização da agenda de desenvolvimento e direitos humanos que tem vindo a ser prometida há décadas.

Uma das grandes ameaças a este investimento na dignidade global vem das narrativas populistas, nativistas e da desinformação. É fácil publicar e partilhar conteúdos falsos, informações erradas ou análises tendenciosas que alimentam a ansiedade e geram alarme social, tornando as pessoas mais suscetíveis de ser mobilizadas para movimentos que lhes prometem soluções rápidas e fáceis. Claro está, se os problemas são complexos nunca poderão ser resolvidos com um passe de mágica e exigirão, outrossim, muito trabalho de mediação entre prioridades e propostas de ação.

Num tempo em que tudo é acelerado e parece regulado pela exigência de um imediatismo que não é compaginável com a necessidade de investigar, planear e avaliar, corremos o risco de decisões precipitadas – e reitero, *mal informadas* – poderem ameaçar os direitos consolidados. Contudo, confio na memória e na sabedoria humana que tem sabido manter longe do poder estas correntes anti-direitos. Não podemos deixar de estar vigilantes e informados. Só assim seremos capazes de garantir o tal mundo com mais equidade para todas as pessoas.

